

O Espírito de Brasília

Na hora de conferir prioridades, o Congresso mostrou que pouco valeu a lavagem de roupa suja da CPI do Orçamento: as pequenas questões e os interesses corporativos ganharam precedência sobre os grandes temas nacionais, como a discussão e aprovação das medidas econômicas e a revisão constitucional, indispensáveis para derrubar a inflação e garantir a governabilidade do país até as eleições de outubro.

O Brasil verificou, desde a semana passada, a falta que fazem a calma, a decisão e a vontade política na solução dos problemas do país. Se tais princípios fossem sempre levados em conta nas negociações e nas interpretações dos fatos políticos, a nação não se angustiaría tanto com as frustrações produzidas pelo Congresso.

Um dos comportamentos políticos mais revoltantes é a ampliação da semana inglesa pelo espírito de Brasília. Nossos congressistas não trabalham mais nos dias úteis. Só dão expediente integral um dia: só a quarta-feira é dia de votação no Congresso. Chegam a Brasília na terça e deixam a capital ao anoitecer de quinta-feira, de onde partem céleres para os estados de origem, sob o argumento de que precisam cultivar as bases. A maioria vai apenas marcar presença na mídia regional no fim de semana. Na segunda-feira, é rotina os deputados e senadores darem consultas empresariais em seus escritórios nos estados onde foram eleitos.

As despesas aéreas, é claro, são pagas pelo contribuinte que escolhe os representantes espedrando a defesa do seu bolso no Congresso, mas acaba surpreendido pelo hábito inverso. Nossos parlamentares fazem discursos *heróicos* contra o

aumento de impostos mas não apresentam soluções para eliminar o déficit público, que é a matriz do pior dos tributos: a inflação que penaliza preferencialmente os pobres. Na hora de decidir, os deputados esmeram-se em aprovar gastos sem cobertura que terminam por implicar a necessidade de aumentar impostos. A prova mais recente da esquizofrenia parlamentar foi o aumento do imposto de renda das pessoas físicas e derrubada do aumento para as empresas.

O Brasil precisa de união — e espírito de sacrifício — para a difícil tarefa de derrubar a inflação, a partir do fim do déficit público. Mas a classe política continua apegada à ilusão de que o desenvolvimento tudo resolve e não quer saber de liderar sacrifícios. Prefere mandar a conta da inflação para o contribuinte, confiando na memória fraca do eleitor na hora de votar.

Essa caricatura de atuação política dos parlamentares é um dos motivos pelos quais o Brasil é visto do exterior como um país despreparado para enfrentar os desafios do mundo moderno. São incompreensíveis a recusa aos avanços da experiência internacional, a preferência por um ultrapassado modelo de Estado inchado e ineficiente e a garantia dos privilégios de uns poucos, sobretudo nas corporações estatais.

A sociedade já deu todas as indicações de que está farta da falta de ética na condução dos negócios públicos exposta na CPI do Orçamento, mas ainda sobra tempo para o Congresso se redimir com a aprovação do plano econômico e a revisão, antes que as urnas se encarreguem de completar a faxina iniciada pela CPI.